



0000000504



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
DE MINAS GERAIS
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 1 / 2012

TIPO 01 BRANCA

ADMINISTRATIVA



FSC

www.fsc.org

MISTO

Papel produzido a partir de fontes responsáveis

FSC® C112978

TRE/MG

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
DE
MINAS GERAIS

Organizadora:



ANALISTA JUDICIÁRIO

PROVA 1 (P1) – CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto I para responder às questões de 01 a 08.

O auge da vida democrática é o momento do voto. A democracia, regime em que a maioria escolhe os governantes, é também o regime da igualdade, em que todos têm o mesmo valor, sejam ricos ou pobres, integrados ou excluídos. Por isso, tenho sustentado que ela é o regime mais ético que existe. Melhor dizendo, é o único regime que hoje podemos considerar ético. As formas de governo que a teoria antigamente chamava de monarquia ou aristocracia, considerando-as legítimas, atualmente apenas podem ser chamadas de ditaduras. Uma ditadura, em nossos dias, é ilegítima. Só a democracia é legítima.

[...]

O mínimo, numa democracia, é ter dois lados opostos, divergentes, mas, respeitados. Porém, se eu aplicar o modelo da Ética à Política, entenderei que um lado é o bem, e o outro, o mal; e portanto, tentarei impedir “o mal” até mesmo de concorrer. Assim, foi a perseguição ao comunismo, no Brasil, mesmo quando não tínhamos uma ditadura escancarada. Assim foi a perseguição aos partidos liberais nos regimes comunistas. [...]

Há saída? O mais óbvio é: a Ética é um pré-requisito. Queremos, de todos os candidatos, que sejam honestos. Que não sejam antiéticos. E, entre os postulantes decentes, optaremos por critérios políticos. [...] É preciso grandeza de espírito para sair dessa incapacidade de pensar o que desejamos construir. Porque propor a Política é formular o futuro.

(Ribeiro, Renato Janine. *Filosofia*. Setembro de 2012. Adaptado.)

01

Ao substituir “as formas” por “a forma” em “As formas de governo que a teoria antigamente chamava de monarquia ou aristocracia, considerando-as legítimas, atualmente apenas podem ser chamadas de ditaduras.”, torna-se adequada, de acordo com a norma culta, a seguinte alteração

- (A) ... considerando-a legítima, atualmente apenas pode ser chamada de ditadura.
- (B) ... lhe considerando legítima, atualmente apenas pode ser chamada de ditadura.
- (C) ... considerando-lhe legítima, atualmente apenas pode ser chamada de ditadura.
- (D) ... considerando à ela legítima, atualmente apenas pode ser chamada de ditadura.
- (E) ... considerando a ela legítima, atualmente apenas pode ser chamada de ditadura.

02

Está correta a reescrita do trecho “... em que todos têm o mesmo valor, sejam ricos ou pobres, integrados ou excluídos.”, sem que haja prejuízo do valor semântico, em

- (A) ... cujo valor todos têm, sejam ricos, pobres, integrados e excluídos.
- (B) ... em que todos têm o mesmo valor: ricos e pobres, integrados e excluídos.
- (C) ... os quais têm o mesmo valor, sejam ricos ou pobres, integrados ou excluídos.
- (D) ... onde todos têm o mesmo valor, sejam ricos ou pobres, integrados ou excluídos.
- (E) ... de que todos têm o mesmo valor, sejam ricos ou pobres, integrados ou excluídos.

03

Em “... se eu aplicar o modelo da Ética à Política, entenderei que um lado é o bem, e o outro, o mal; e portanto, tentarei impedir ‘o mal’ até mesmo de concorrer.”, os termos destacados produzem efeitos de sentido que traduzem, respectivamente,

- (A) ressalva e acréscimo.
- (B) ressalva e explicação.
- (C) condição e conclusão.
- (D) condição e explicação.
- (E) conformidade e conclusão.

04

Sobre o uso das vírgulas no trecho “A democracia, regime em que a maioria escolhe os governantes, é também o regime da igualdade,...”, é correto afirmar, mantendo-se a correção de acordo com a norma culta, que a

- (A) substituição da vírgula após “governantes” pelo ponto preserva o valor semântico e a coerência do período.
- (B) inserção do sinal de dois pontos após o termo “democracia” permite a retirada das vírgulas de todo o período.
- (C) retirada da explicação “regime em que a maioria escolhe os governantes” permite a manutenção da vírgula após o termo “democracia”.
- (D) retirada das vírgulas manteria a coerência textual, enfatizando a explicação “regime em que a maioria escolhe os governantes”.
- (E) substituição pelo duplo travessão manteria a coerência textual delimitando a explicação “regime em que a maioria escolhe os governantes”.



05

Analise os trechos em destaque.

- I. “... em que todos têm o mesmo valor, sejam ricos ou pobres, integrados ou excluídos.”
- II. “Uma ditadura, em nossos dias, é ilegítima. Só a democracia é legítima.”
- III. “O mínimo, numa democracia, é ter dois lados opostos, divergentes, mas, respeitados.”
- IV. “Porém, se eu aplicar o modelo da Ética à Política, entenderei que um lado é o bem, e o outro, o mal;...”

Uma relação de oposição, estabelecida por palavras e/ou ideias, pode ser verificada em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) I, III e IV, apenas.

06

Identifique a afirmativa correta de acordo com as ideias expressas no texto.

- (A) Na prática, a oposição de ideias em um regime democrático é inviável.
- (B) O fato de possuir como característica a igualdade de valores conduz a democracia à legitimidade.
- (C) A perseguição ao comunismo e aos partidos liberais demonstra o caráter legítimo da democracia.
- (D) Em relação à monarquia ou aristocracia, é possível observar permanência de entendimento com o passar do tempo.
- (E) Em uma democracia, a divergência e o respeito entre lados opostos são elementos que se alternam, não ocorrendo concomitantemente.

07

Na substituição de uma palavra por termos equivalentes, que contribuem para a coesão do texto, está correto o indicado em

- (A) “... em que todos têm o mesmo valor...” – regime da igualdade
- (B) “... ela é o regime mais ético que existe.” – regime da igualdade
- (C) “... considerando-as legítimas...” – legítimas
- (D) “... dessa incapacidade de pensar...” – grandeza de espírito
- (E) “... o que desejamos construir.” – critérios políticos

08

Assinale a alternativa em que todas as palavras são acentuadas graficamente pelo mesmo motivo.

- (A) é – têm – ética
- (B) só – porém – política
- (C) até – também – mínimo
- (D) democrática – ético – único
- (E) excluído – legítimas – ilegítima

Texto II para responder às questões de 09 a 13.

Norma jurídica x realidade política

No avanço do processo de democratização do Estado brasileiro, com o conseqüente aumento da transparência dos atos públicos, a imprensa vem derramando nos ouvidos da sociedade uma verdadeira enxurrada de denúncias (fundadas ou não) de conduta ilícita ou reprovável por parte de agentes públicos. Isso tem resultado no profundo descrédito da classe política, que regularmente se mantém flagrante, até que uma notícia de grande repercussão desvie as atenções do povo das acusações e ações contra Senadores, Deputados, Ministros, lobistas de todo tipo. (Mas esse fenômeno ocorre só por pouco tempo: passada a perplexidade com a notícia calamitosa, volta-se logo ao lugar-comum da corrupção, do favoritismo, do enriquecimento ilícito por desvio de recursos públicos.) Tornou-se comum ouvir em entrevistas com populares expressões de descrença na classe política, ao lado de reclamações por “uma lei que proíba isso”.

Sabe-se que isso não é solução. [...]

Os recursos de integração hermenêutica, disponíveis ao aplicador contemporâneo, são suficientes para exigir, dos agentes públicos, a conduta politicamente virtuosa e constitucionalmente positivada que se espera deles.

Além disso, verifica-se no Brasil um conjunto de fatores comuns a países de democratização tardia, que saíram de regimes autocráticos. Inclui-se entre esses fatores a falta de maturidade democrática de boa parcela da população, que simplesmente outorga ao agente público seu voto, sem exigir dele prestação de contas de seu mandato, ou mesmo qualquer ação política efetiva. Os motivos para tal inércia têm sede na própria história e tradição brasileira, como se houvesse uma aceitação na não participação ativa nas decisões de governo, no referendo tácito a oligarquias locais, numa forma de clientelismo patológico, de troca de votos por cestas de alimentos. Tais fenômenos guardam mais relação com o desconhecimento da lei e dos meios de controle político, à disposição de qualquer cidadão, do que com uma tradição consciente de passividade.

(Maluf, Emir Couto Manjud. O desafio da justiça eleitoral face à crise de moralidade política. Revista de monografias: concurso de monografias do TRE/MG. nº 1 (2010). Belo Horizonte: TRE/MG, 2010.)

09

Considerando-se o contexto, a expressão destacada no segmento “... a imprensa vem derramando nos ouvidos da sociedade uma verdadeira enxurrada de denúncias (fundadas ou não)...” tem o sentido corretamente expresso em

- (A) série de conflitos.
- (B) acusações indevidas.
- (C) revelações indesejadas.
- (D) abundância de acusações.
- (E) sequência de inconveniências.



10

Pode-se inferir, com base no texto, que o desconhecimento da lei em relação à política gera na população

- (A) constante desconfiança no regime democrático.
- (B) insatisfação e indignação mediante o processo eleitoral.
- (C) atitudes que demonstram uma conduta não participativa.
- (D) desejo de haver uma efetiva cobrança junto aos governos.
- (E) tomadas de decisão que propiciam mudanças significativas.

11

“Os recursos de integração hermenêutica, disponíveis ao aplicador contemporâneo, são suficientes para exigir, dos agentes públicos, a conduta politicamente virtuosa e constitucionalmente positivada que se espera deles.”

Considerando o período anterior, assinale a alternativa correta.

- (A) O adjetivo “disponíveis”, diferente de “suficientes”, refere-se a “recursos”.
- (B) O advérbio “politicamente” tem a função de caracterizar o processo verbal.
- (C) O pronome “que” representa o antecedente “conduta”, substantivo já referido.
- (D) A substituição do termo “dos” por “de” em “dos agentes” preserva o sentido original.
- (E) O termo “deles” prejudica a coesão textual ao ampliar o sentido de “agentes públicos”.

12

Em relação ao emprego da crase, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Em “... a imprensa vem derramando nos ouvidos...”, se houver a ocorrência do acento grave indicando crase será indevido, pois o termo “a” é um artigo definido diante do substantivo “imprensa”.
- () Em “... disponíveis ao aplicador contemporâneo...”, o acento grave indicador da crase será obrigatório caso “aplicador” seja substituído por “aplicadora”, respeitando-se as devidas alterações na frase.
- () Em “... no referendo tácito a oligarquias locais...”, o uso do acento grave indicador da crase é facultativo, já que o termo “a” diante de “oligarquias” trata-se de uma preposição.

A sequência está correta em

- (A) V, V, F
- (B) F, F, V
- (C) F, V, F
- (D) V, F, V
- (E) V, V, V

Texto III para responder às questões 13 e 14.



(Disponível em: <http://ambidestro.com/site/nao-venda-seu-voto/>)

13

Considerando o texto II, pode-se inferir que o texto publicitário (texto III)

- (A) apresenta um ponto de vista diferente.
- (B) é contrário ao ponto de vista apresentado.
- (C) faz uma síntese de todas as questões apresentadas.
- (D) trata de forma mais detalhada sobre a questão do voto.
- (E) critica prática que exemplifica a imaturidade democrática.

14

Com relação ao texto publicitário (texto III), analise as afirmativas a seguir.

- I. Possui uma linguagem persuasiva, direta e clara.
- II. Os verbos são apresentados no modo imperativo ou no presente do indicativo.
- III. Usa como recurso argumentativo o jogo de ideias, considerando imagem e palavra.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, II e III.
- (B) I, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

15

Artigo VII

Por decreto irrevogável fica estabelecido o reinado permanente da justiça e da claridade, e a alegria será uma bandeira generosa para sempre desfraldada na alma do povo.

(Thiago de Mello. *Os Estatutos do Homem. Santiago do Chile. Abril de 1964. Fragmento. Disponível em: <http://www.revista.agulha.nom.br/tmello.html#estat>)*

Em relação à linguagem utilizada por Thiago de Mello, é correto afirmar que

- (A) se revela plurissignificativa e requer a interpretação dos elementos textuais.
- (B) tem como característica a objetividade, tendo em vista a finalidade de tal gênero textual.
- (C) o significado explícito dos elementos do texto permite sua compreensão imediata e concreta.
- (D) indica a valorização de falares regionais em oposição ao preconceito linguístico ainda existente na sociedade.
- (E) ironiza valores como justiça e alegria ao estabelecer comparações com elementos como reinado e bandeira.



NOÇÕES DE INFORMÁTICA

16

Os *cookies* são pequenos arquivos de texto que os *sites* podem enviar aos navegadores, anexando-os a qualquer conexão. A funcionalidade dos *cookies* está em distinguir usuários e memorizar preferências em acessos posteriores, mas, também, podem colocar em risco a privacidade do usuário ao rastrear os *sites* que foram visitados. O procedimento para excluir os *cookies* mantendo apenas os que pertencem aos *sites* adicionados na lista de favoritos, é abrir o navegador *Internet Explorer 8* (configuração padrão) e

- (A) clicar no botão de segurança / clicar em Excluir Histórico de Navegação / clicar em Dados / clicar em Limpar *Cookies* / clicar em Excluir.
- (B) clicar no botão de segurança / clicar em Excluir Histórico de Navegação / marcar a caixa de seleção ao lado de *Cookies* / clicar em Excluir.
- (C) clicar no botão de segurança / clicar em Excluir Histórico de Navegação / clicar em Arquivos / clicar em Limpar *Cookies* / clicar em Excluir.
- (D) clicar no botão de segurança / clicar em Excluir Histórico de Navegação / clicar em Arquivos / marcar a caixa de seleção “Preservar dados de sites favoritos” / clicar em Excluir.
- (E) clicar no botão segurança / clicar em Excluir Histórico de Navegação / marcar a caixa de seleção ao lado de *Cookies* / marcar a caixa de seleção “Preservar dados de sites favoritos” / clicar em Excluir.

17

Considere os componentes do Sistema Operacional *Microsoft Windows XP* (configuração padrão – português Brasil).



Os componentes apresentados são, respectivamente,

- (A) barra de tarefas, barra de aplicativos e menu iniciar.
- (B) área de notificação, barra de inicialização e menu iniciar.
- (C) barra de notificação, barra de inicialização e menu iniciar.
- (D) área de notificação, barra de inicialização rápida e botão iniciar.
- (E) gerenciador de tarefas, barra de inicialização rápida e iniciar sistema.

18

Considere as seguintes afirmativas sobre o Sistema Operacional *Microsoft Windows 7 Ultimate* (configuração padrão – português Brasil).

- I. Na área de trabalho deste Sistema é possível instalar pequenos programas como medidores de utilização do processador e memória, termômetro e outros. Esses recursos são conhecidos como *Gadgets*.
- II. O recurso de modo de compatibilidade está disponível e tem a finalidade de tentar executar programas antigos que funcionavam em versões anteriores, mas não estão funcionando no *Windows 7*.
- III. Para bloquear o acesso ao Sistema Operacional devem ser pressionadas simultaneamente as teclas *Windows* e *B*.
- IV. Para abrir uma nova janela de um aplicativo que já está aberto na barra de tarefas, deve-se pressionar a tecla *Ctrl* e clicar no ícone do programa desejado.

Estão corretas apenas as afirmativas

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) II, III e IV.

19

Carlos Augusto, responsável pelo setor de compras e vendas de uma grande loja de peças automotivas, estabelece diariamente contatos com fornecedores a procura dos melhores preços para aquisição de peças. Para que seu trabalho seja realizado, ele utiliza um computador com o aplicativo *Microsoft Outlook 2007*, a fim de estabelecer contato com os fornecedores. Considerando que Carlos Augusto entrará de férias, o responsável pelas suas atividades será outro funcionário, cujo endereço de *e-mail* é diferente do de Carlos. Através do *Outlook 2007*, uma forma eficiente de notificar os clientes de que os contatos deverão ser estabelecidos através do outro endereço é a

- (A) criação de um *feed* de notícias.
- (B) suspensão da conta de *e-mail* de Carlos.
- (C) criação de um *log* automático, registrando as tentativas de envio a Carlos.
- (D) criação de um macro instantâneo endereçado a cada destinatário com uma mensagem padrão.
- (E) criação de uma regra para enviar uma resposta automática com uma mensagem padrão, a cada tentativa de envio de um fornecedor a Carlos.

20

Marcos possui um importante documento redigido no aplicativo *Microsoft Office Word 2007* (configuração padrão). Como ele trabalha em uma empresa em que diferentes pessoas têm acesso ao mesmo computador, o procedimento para que ele proteja o seu arquivo com uma senha, evitando o acesso indevido, é clicar no botão

- (A) *Microsoft Office* / apontar para menu Preparar / Criptografar Documento e, em seguida, digitar a senha desejada no campo senha.
- (B) *Microsoft Office* / apontar para menu Segurança / Proteger Documento e, em seguida, digitar a senha desejada no campo senha.
- (C) *Microsoft Office* / apontar para menu Segurança / Proteger Documento e, em seguida, digitar a senha desejada no campo senha de acesso.
- (D) *Microsoft Office* / apontar para menu Configurações / Segurança / Senhas e, em seguida, digitar a senha desejada no campo senha de acesso.
- (E) *Microsoft Office* / apontar para menu Preparar / Criptografar Documento e, em seguida, digitar a senha desejada no campo chave de segurança.

PROVA 2 (P2) – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21

O princípio da igualdade encontra várias acepções e âmbitos. No que concerne ao princípio da igualdade jurisdicional, nos termos das normas constitucionais, condena-se a instituição de

- (A) tribunais de exceção.
- (B) tribunais administrativos.
- (C) juízos com foro privilegiado.
- (D) órgãos jurisdicionais especializados.
- (E) órgãos de controle de contas públicas.

22

Pablo deseja ter acesso ao estádio de futebol, onde ocorre a realização de jogo beneficente, com o intuito de arrecadar fundos para campanha comunitária de cunho não partidário, perfeitamente autorizada pelo sistema normativo e permitida pelas autoridades competentes. Caso o seu ingresso no local não seja permitido, havendo lugares disponíveis, tal decisão da autoridade atingiria o seu direito de

- (A) iniciativa.
- (B) expressão.
- (C) locomoção.
- (D) informação.
- (E) empreender.

23

Ronaldo exerce a função de Presidente do Congresso Nacional e pretende fixar os subsídios dos parlamentares. No regime de atribuições do Congresso, tal ato

- (A) atrai a ratificação por referendo.
- (B) constitui competência exclusiva do Congresso.
- (C) depende de sanção do Presidente da República.
- (D) compõe ato complexo envolvendo dois poderes.
- (E) estabelece limites remuneratórios para a República.

24

Paulo é Deputado Federal e, da tribuna da Câmara dos Deputados, lança afirmações caluniosas contra o empresário José que, imediatamente, apresenta as ações penais e civis cabíveis. Nesse caso, consoante as normas constitucionais,

- (A) haverá sanção penal.
- (B) ocorre a indenização civil.
- (C) aplica-se a imunidade material.
- (D) incide a responsabilidade criminal.
- (E) caracteriza-se a inviolabilidade formal.

25

Pedro, servidor público, deseja participar da direção de órgão da Administração Pública Direta, aduzindo que a Constituição Federal, independentemente de lei regulamentadora, fixa direitos mínimos para o usuário. Dentre as formas de participação previstas na Constituição, consta a

- (A) eleição direta dos dirigentes.
- (B) nomeação para cargo de direção.
- (C) vedação aos candidatos sem qualificação técnica.
- (D) indicação de lista tríplice para um cargo de direção.
- (E) representação contra o exercício negligente do cargo.

26

O Presidente da República, consoante as normas constitucionais, possui diversas atribuições, dentre elas destacam-se

- (A) nomear o Advogado-Geral da União, escolher o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral e decretar indulto.
- (B) declarar o estado de defesa, celebrar atos internacionais, editar, deliberar e sancionar Medidas Provisórias.
- (C) indicar o Presidente do Senado, nomear Juiz do Tribunal Regional do Trabalho e convocar o Conselho de Defesa Nacional.
- (D) aprovar o Vice-Presidente da República, aceitar lista tríplice para Procurador-Geral da República e conceder anistia ampla e geral.
- (E) promover Oficiais Gerais, enviar ao Congresso projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e exercer a direção superior da administração federal.



27

O Conselho Nacional de Justiça é o órgão de controle interno do Poder Judiciário com atribuição de controlar a atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário nacional, integrado por magistrados nomeados pelo Presidente da República, para exercer mandato e egressos de alguns órgãos, como

- (A) Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal de Alçada e Supremo Tribunal Federal.
- (B) Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Regional Federal e Tribunal Superior do Trabalho.
- (C) Supremo Tribunal Federal, Tribunal Regional Eleitoral e Ordem dos Advogados do Brasil.
- (D) Tribunal Superior Eleitoral, Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal Administrativo.
- (E) Superior Tribunal Militar, Tribunal Regional do Trabalho e Câmara dos Deputados Federal.

28

Na organização da Justiça Eleitoral atuam magistrados titulares e magistrados substitutos. É correto afirmar que os magistrados

- (A) titulares e substitutos são escolhidos em número igual e na mesma ocasião.
- (B) titulares são nomeados concomitantemente para atuar em mandato de dois anos, com recondução livre.
- (C) titulares e os magistrados substitutos não são protegidos pelas garantias da magistratura por atuar em área especial.
- (D) titulares podem ser reconduzidos, por mais de dois biênios, como magistrados substitutos a qualquer tribunal eleitoral.
- (E) titulares e substitutos atuam, ao mesmo tempo, em sessões conjuntas convocadas pelo presidente do tribunal eleitoral.

29

Determinada empresa pública estadual pretende alienar determinado imóvel de sua propriedade, o qual não guarda mais vinculação com o exercício de suas atividades. Sobre o caso, assinale a alternativa correta.

- (A) Como bem de uso especial, o bem da empresa pública é gravado legalmente com cláusula de inalienabilidade.
- (B) Os bens das empresas públicas são bens públicos, de modo que não podem ser alienados por meio de contrato de compra e venda.
- (C) Apesar de ser bem privado, a alienação dos bens imóveis das empresas públicas depende de avaliação prévia e licitação na modalidade de concorrência.
- (D) As empresas públicas estaduais, como hierarquicamente subordinadas ao Estado, não possuem autonomia financeira e patrimonial, não possuindo, portanto, patrimônio próprio.
- (E) Por ser bem pertencente à pessoa jurídica de direito privado, os bens imóveis das empresas públicas são privados, podendo ser alienados por meio de contrato de compra e venda.

30

Em determinado município, o Prefeito verifica que o sistema de coleta de lixo, a cargo da Administração Pública Direta, está se mostrando ineficiente. Para solucionar o problema, edita medida provisória criando empresa pública específica para esse fim, de modo a realizar o serviço de forma mais eficiente, a qual admitirá pessoal através de concurso público. Sobre o caso, é correto afirmar que a situação

- (A) é irregular, uma vez que o município somente pode criar empresas públicas após autorização de lei estadual de iniciativa do chefe do Poder Executivo.
- (B) é irregular, uma vez que as empresas públicas, não obstante sujeitarem-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, devem ter sua criação previamente autorizada por lei.
- (C) está incorreta, já que não há necessidade de admissão de pessoal por meio de concurso público, tendo em vista que as empresas públicas se submetem à mesma disciplina jurídica das empresas privadas.
- (D) é irregular, uma vez que a empresa pública municipal não poderia ser criada para prestação de serviço público, mas tão somente para prestação de atividade econômica, respeitando o princípio da subsidiariedade.
- (E) está incorreta, uma vez que o serviço público em questão deveria ser realizado pela Administração Direta ou autarquia criada para este fim, pessoas jurídicas de direito público, uma vez que trata-se de atividade típica de Estado.

31

Ao verificar que determinado servidor público federal vinha percebendo mensalmente verbas de maneira irregular, sem que o mesmo soubesse da irregularidade, a Administração Pública instaurou processo administrativo, a fim de possibilitar o exercício do contraditório e da ampla defesa antes do cancelamento da parcela. Sobre o processo administrativo federal, é correto afirmar que

- (A) não é possível a supressão de qualquer verba já incorporada aos vencimentos de servidor público, sob pena de violação ao direito adquirido.
- (B) para poder apresentar defesa no processo administrativo, o servidor deve prestar caução no valor equivalente ao da verba irregularmente percebida.
- (C) ultrapassado o prazo decadencial legalmente previsto, não se mostra mais possível a anulação do ato, mesmo que comprovada a má-fé do servidor beneficiado.
- (D) a instauração de processo administrativo é desnecessária, uma vez que a Administração Pública é dotada de autotutela, de modo que pode revogar o ato ilegal.
- (E) a Administração Pública possui prazo decadencial de cinco anos para anular o ato de concessão dos valores percebidos, contado da percepção do primeiro pagamento.



32

Determinado motorista do Estado, servidor público de carreira, causa dano a terceiro no exercício de suas funções públicas, em decorrência de imprudência sua no trânsito. Sobre o caso, marque a alternativa correta.

- (A) Na hipótese, o Estado somente será responsabilizado caso provada a culpa do motorista, materializada na sua imprudência, conforme preconiza a teoria do risco administrativo.
- (B) O Estado é responsável pelo ato do servidor, sendo assegurado o direito de regresso em face do motorista que agiu com culpa, sem que esta ação esteja sujeita a prazo prescricional.
- (C) No caso, o Estado não tem responsabilidade, o qual só responde pelos atos causados pelos seus servidores sem culpa, devendo, no caso, a responsabilidade recair sobre o servidor que agiu com imprudência.
- (D) Sendo o motorista servidor público de carreira, não há responsabilidade do Estado, só havendo previsão constitucional de responsabilidade de agentes de concessionários prestadores de serviço público.
- (E) O Estado responde pelo ato, uma vez que sua responsabilidade é objetiva, não podendo o servidor sofrer ação de regresso pelo Estado, tendo em vista a sua imunidade de jurisdição enquanto no exercício de suas funções.

33

Empresa concessionária de serviço público estadual verifica que determinado imóvel público municipal é de utilidade pública, visto ser essencial à prestação do serviço. Sobre a situação, é correto afirmar que

- (A) não é possível haver a desapropriação de bem municipal, por ser bem público, que somente pode ser alienado após sua desafetação.
- (B) empresa concessionária de serviço público pode promover atos executórios de desapropriação, desde que previsto no contrato de concessão.
- (C) somente se admite a transferência de propriedade entre estados e municípios por meio de consórcios públicos, após acordo de vontade dos entes envolvidos.
- (D) é possível a desapropriação do bem municipal pela empresa pública estadual, desde que haja autorização do chefe do Poder Executivo do Estado, cuja estrutura integra.
- (E) não é possível haver a desapropriação por utilidade pública no caso, a qual só pode ser utilizada nos casos de proteção da segurança nacional, de defesa do Estado e de socorro público em caso de calamidade.

34

A Administração Pública de todos os níveis federais está sujeita a uma série de princípios, sendo correto afirmar que

- (A) não é possível extrair do ordenamento jurídico brasileiro o princípio da razoabilidade, tendo em vista a indeterminação de sua conceituação e a falta de aplicabilidade prática.
- (B) o princípio da publicidade assegura a todos os cidadãos o direito de receber dos órgãos públicos informações não só de interesse particular como de interesse geral da coletividade.
- (C) o princípio da moralidade visa a preservar a estabilidade nas relações jurídicas, vedando a retroatividade dos atos administrativos e impedindo a aplicação de nova interpretação a situações pretéritas.
- (D) o princípio da eficiência, expresso na Constituição, tem como foco a mudança de paradigma na prestação de serviços e produção de bens pelo Estado, que passam a ter finalidade essencialmente lucrativa.
- (E) o princípio da supremacia do interesse público sobre o privado, expressamente incluído no texto constitucional pela EC 19/1998, inviabiliza que direitos fundamentais individuais sejam opostos em face do Estado.

35

O Estado X pretende delegar a exploração de rodovia estadual, por meio de contrato de concessão. Sobre a situação apresentada, é correto afirmar que

- (A) não é possível a delegação no caso, uma vez que a exploração de rodovia sequer pode ser considerada serviço público, visto ser remunerada por meio de tarifa.
- (B) não é viável a delegação de serviços públicos a pessoas jurídicas de direito privado, uma vez que os serviços públicos devem ser prestados pela Administração Pública Direta ou Indireta.
- (C) é possível a delegação, de modo que a Administração Pública transfere a titularidade do serviço ao concessionário, que pode, nos termos do contrato de concessão, executar o serviço ou subdelegá-lo à agência executiva.
- (D) tendo em vista a sua execução por entidade não pertencente à Administração, a prestação do serviço se sujeitará ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto à fixação das tarifas, que fica a cargo do concessionário.
- (E) a delegação da execução do serviço público em referência é jurídica, em atendimento ao princípio da eficiência, podendo a prestação de serviço ser encampada pela Administração a qualquer momento, por motivo de interesse público.



36

Acerca da organização da Administração Pública estruturada na Constituição da República de 1988, é correto afirmar que

- (A) na organização administrativa brasileira, há uma divisão vertical e hierárquica entre os entes federal, distrital, estadual e municipal.
- (B) não obstante ter o chefe do Poder Executivo a direção superior da Administração Pública, somente lei específica pode criar autarquias.
- (C) dentro do sistema federativo criado pela Constituição da República de 1988, União, Estados, Distrito Federal e Municípios são entes dotados de soberania.
- (D) dentro da capacidade de autogoverno, o chefe do Poder Executivo de cada ente pode decidir pela descentralização do poder, através da criação de órgãos públicos.
- (E) os órgãos públicos, criados como mecanismo de desconcentração administrativa, possuem personalidade jurídica própria, apesar de subordinar-se à Administração central.

37

A Lei Complementar nº 64, de 1990, estabelece, de acordo com o Art. 14, §9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências. Em 2010, foi publicada a Lei Complementar nº 135, alterando a Lei Complementar nº 64, para incluir hipóteses de inelegibilidade que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato. Competindo à Justiça Eleitoral conhecer e decidir as arguições de inelegibilidade, nos termos das referidas leis complementares, é correto afirmar que

- (A) quando se tratar de candidato a Presidente ou Vice-Presidente da República, a Senador e a Deputado Federal, a arguição de inelegibilidade será feita perante o Tribunal Superior Eleitoral.
- (B) transitada em julgado ou publicada a decisão proferida por órgão colegiado que declarar a inelegibilidade do candidato, ser-lhe-á negado registro, ou cancelado, se já tiver sido feito, ou declarado nulo o diploma, se já expedido.
- (C) caberá a qualquer cidadão, candidato, partido político, coligação ou Ministério Público, no prazo de cinco dias, contados da publicação do pedido de registro do candidato, impugná-lo em petição fundamentada.
- (D) a declaração de inelegibilidade do candidato à Presidência da República, Governador de Estado e do Distrito Federal e Prefeito Municipal atingirá o candidato a Vice-Presidente, Vice-Governador ou Vice-Prefeito, mas a destes não atingirá aqueles.
- (E) quando se tratar de candidato a Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, Deputado Estadual, Deputado Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador, a arguição de inelegibilidade será feita perante os Tribunais Regionais Eleitorais.

38

Segundo o Art. 31 da Lei nº 9.096, de 1995, é vedado ao partido receber, direta ou indiretamente, sob qualquer forma ou pretexto, contribuição ou auxílio pecuniário ou estimável em dinheiro, inclusive através de publicidade de qualquer espécie, procedente de pessoas ou entidades enumeradas em seus incisos. Assinale, dentre as hipóteses a seguir, aquela em que a contribuição ou auxílio pecuniário ou estimável em dinheiro recebido pelo partido político NÃO contraria a vedação legal prevista no citado dispositivo legal.

- (A) O partido político recebe doações de um Governador de Estado, que pretende, assim que possível, filiar-se a ele.
- (B) O partido político recebe contribuição estimável em dinheiro de Concessionária de Serviços de Energia Elétrica.
- (C) O partido político recebe valores doados por um cidadão dos Estados Unidos da América, que tem amigos brasileiros filiados ao partido.
- (D) O partido político recebe doação do governo da Alemanha para a formação do seu fundo partidário, porque se alinha à ideologia do governo do citado país.
- (E) O partido político recebe auxílio pecuniário do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, que entendeu por bem contribuir para a campanha dos candidatos do partido.

39

A partir da escolha de candidatos em convenção, é assegurado o direito de resposta a candidato, partido ou coligação atingidos, ainda que de forma indireta, por conceito, imagem ou afirmação caluniosa, difamatória, injuriosa ou sabidamente inverídica, difundidos por qualquer veículo de comunicação social. O ofendido, ou seu representante legal, poderá pedir o exercício do direito de resposta à Justiça Eleitoral nos seguintes prazos, contados a partir da veiculação da ofensa, a saber:

- (A) Vinte e quatro horas, quando se tratar do horário eleitoral gratuito ou da programação normal das emissoras de rádio e televisão, e setenta e duas horas, quando se tratar de órgão da imprensa escrita.
- (B) Vinte e quatro horas, quando se tratar do horário eleitoral gratuito e da programação normal das emissoras de rádio e televisão, e quarenta e oito horas, quando se tratar de órgão da imprensa escrita.
- (C) Quarenta e oito horas, quando se tratar do horário eleitoral gratuito e da programação normal das emissoras de rádio e televisão, e setenta e duas horas, quando se tratar de órgão da imprensa escrita.
- (D) Vinte e quatro horas, quando se tratar do horário eleitoral gratuito, quarenta e oito horas, quando se tratar da programação normal das emissoras de rádio e televisão, e setenta e duas horas, quando se tratar de órgão da imprensa escrita.
- (E) Vinte e quatro horas, quando se tratar da programação normal das emissoras de rádio e televisão, quarenta e oito horas, quando se tratar do horário eleitoral gratuito, e setenta e duas horas, quando se tratar de órgão da imprensa escrita.



40

A respeito da filiação partidária, de acordo com a legislação atualmente em vigor, é correto afirmar que

- (A) apenas as pessoas maiores e capazes, em pleno gozo de seus direitos políticos, podem se filiar a partido político.
- (B) o cancelamento imediato da filiação partidária verifica-se somente nos casos de morte, perda dos direitos políticos e expulsão.
- (C) é proibido ao partido político estabelecer, em seu estatuto, prazos de filiação partidária superiores aos previstos na lei, com vistas a candidatura a cargos eletivos.
- (D) para concorrer a cargo eletivo, o eleitor deverá estar filiado ao respectivo partido pelo menos um ano antes da data fixada para as eleições, majoritárias ou proporcionais.
- (E) se um eleitor, já filiado em um partido político, quiser se filiar em outro, basta que o requeira ao novo partido, desde que atenda às suas regras estatutárias, sendo cancelada a filiação anterior automaticamente.

41

A propaganda política eleitoral é autorizada e regulamentada pela Lei nº 9.504, de 1997, que estabelece limites e possibilidades para sua realização. Acerca da propaganda eleitoral antecipada, segundo a Lei nº 9.504/97, marque a afirmativa correta.

- (A) Não será considerada propaganda eleitoral antecipada a realização de prévias partidárias e sua divulgação à população em geral, pelos instrumentos de comunicação.
- (B) Não será considerada propaganda eleitoral antecipada a divulgação de atos de parlamentares e debates legislativos, desde que não se mencione a possível candidatura, ou se faça pedido de votos ou de apoio eleitoral.
- (C) A propaganda eleitoral somente é permitida após o dia 5 de julho do ano da eleição, no entanto, ao postulante à candidatura a cargo eletivo, é permitida a realização, a qualquer tempo antes da escolha pelo partido, de propaganda intrapartidária com vista à indicação de seu nome, vedado o uso de rádio, televisão e *outdoor*.
- (D) A realização de encontros, seminários ou congressos, em ambiente fechado e as expensas dos partidos políticos, para tratar da organização dos processos eleitorais, planos de governos ou alianças partidárias visando às eleições, se realizadas antes do mês que antecede a escolha dos candidatos pelos partidos políticos, será considerada propaganda eleitoral antecipada.
- (E) Será considerada propaganda eleitoral antecipada a participação de filiados a partidos políticos ou de pré-candidatos em entrevistas, programas, encontros ou debates no rádio, na televisão e na *Internet*, com a exposição de plataformas e projetos políticos, ainda que não haja pedido de votos, observado pelas emissoras de rádio e de televisão o dever de conferir tratamento isonômico.

42

Em relação à propaganda política eleitoral, assinale a alternativa correta, de acordo com o que dispõe a Lei nº 9.504, de 1997.

- (A) Nas árvores e nos jardins localizados em áreas públicas, bem como em muros, cercas e tapumes divisórios, somente é permitida a colocação de propaganda eleitoral que não lhes cause dano.
- (B) Depende da obtenção de licença municipal e de autorização da Justiça Eleitoral a veiculação de propaganda eleitoral pela distribuição de folhetos, volantes e outros impressos, os quais devem ser editados sob a responsabilidade do partido, coligação ou candidato.
- (C) É permitida, no dia do pleito, até o término do horário de votação, a aglomeração de pessoas portando vestuário padronizado, bem como os instrumentos de propaganda, como bandeiras, broches, dísticos e adesivos, com ou sem utilização de veículos, desde que silenciosa.
- (D) Em cinemas, clubes, lojas, centros comerciais, templos, ginásios, estádios, desde que de propriedade privada, é permitida a veiculação de propaganda política eleitoral, devendo ser espontânea e gratuita, sendo vedado qualquer tipo de pagamento em troca de espaço para esta finalidade.
- (E) Em bens particulares, independe de obtenção de licença municipal e de autorização da Justiça Eleitoral a veiculação de propaganda eleitoral por meio da fixação de faixas, placas, cartazes, pinturas ou inscrições, desde que não excedam a 4 m² (quatro metros quadrados) e que não contrariem a legislação eleitoral.

43

Sobre os órgãos da Justiça Eleitoral, assinale a alternativa correta.

- (A) O Tribunal Superior Eleitoral, composto por sete juízes, todos magistrados de carreira, tem sede em Brasília e jurisdição em todo o País.
- (B) Não podem fazer parte do Tribunal Superior Eleitoral cidadãos que tenham entre si parentesco, ainda que por afinidade, até o terceiro grau, excluindo-se neste caso o que tiver sido escolhido por último.
- (C) Dos sete juízes que compõem o Tribunal Superior Eleitoral, três são escolhidos entre os Ministros do Supremo Tribunal Federal, que serão necessariamente eleitos e nomeados Presidente, Vice-Presidente e Corregedor Eleitoral.
- (D) Os juízes do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais, salvo motivo justificado, servirão por dois anos, no mínimo, e nunca por mais de dois biênios consecutivos, sendo os substitutos escolhidos na mesma ocasião e pelo mesmo processo, em número igual para cada categoria.
- (E) Além do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais, também são órgãos da Justiça Eleitoral os Juízes Eleitorais, que devem ser juízes de direito, designados pelos Tribunais Regionais Eleitorais para exercer a jurisdição eleitoral em determinada zona eleitoral, as Juntas Eleitorais, da qual é presidente o Juiz Eleitoral, e o Ministério Público Eleitoral.



44

Determinadas condutas especificadas na legislação eleitoral são proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, porque tendem a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais. A esse respeito, é correto afirmar que

- (A) é proibido fazer, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração dos servidores públicos, ainda que apenas para a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição.
- (B) é proibido ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, mesmo para a realização de convenção partidária.
- (C) é proibido ceder servidor público ou empregado da Administração Direta ou Indireta Federal, Estadual ou Municipal do Poder Executivo, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, ainda que o servidor ou empregado esteja licenciado.
- (D) é proibida, na circunscrição do pleito, nos três meses que o antecedem e até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, a nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança e a nomeação para cargos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos Tribunais ou Conselhos de Contas e dos órgãos da Presidência da República.
- (E) é proibido realizar, nos três meses que antecedem o pleito, a transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios, e dos Estados aos Municípios, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal pré-existente para execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma pré-fixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública.

45

Acerca do tratamento que a Lei nº 8.112/90 dá à posse e à entrada em exercício do servidor público federal no cargo público, marque a alternativa INCORRETA.

- (A) A posse poderá dar-se mediante procuração específica.
- (B) Só haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação.
- (C) A posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento.
- (D) É de trinta dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da posse.
- (E) No ato da posse, o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função.

46

“A”, servidor público federal, cometeu uma infração administrativa punível com advertência. A infração foi presenciada pelo superior imediato, que detinha competência para aplicação da penalidade. Imediatamente, considerando ter presenciado a infração, o superior, através da verdade sabida, aplicou a penalidade ao servidor “A”, sem que houvesse a participação de um advogado para apresentar defesa técnica. Considerando, exclusivamente, as informações expostas anteriormente, é correto afirmar que

- (A) no procedimento administrativo disciplinar, a falta de defesa técnica por advogado ofende a Constituição e, por isso, o procedimento é viciado.
- (B) é plenamente válida a aplicação de penalidades leves através da verdade sabida e, deste modo, o servidor deve cumprir a pena a que foi condenado.
- (C) após o advento da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é incabível a aplicação de penalidades através da verdade sabida, e, portanto, deve-se reconhecer a nulidade do procedimento.
- (D) é inválida a aplicação de penalidades através da verdade sabida, porém, nos procedimentos disciplinares, não se exige a participação de advogado para apresentar defesa técnica e, por isso, o procedimento é viciado.
- (E) é plenamente válida a aplicação de penalidades através da verdade sabida, mas, no caso em estudo, o infrator deveria estar representado por um advogado e, deste modo, deve-se reconhecer a nulidade do procedimento.

47

Analise as afirmativas, tendo em vista o ordenamento jurídico que regula a Administração Pública no Brasil.

- I. Órgãos públicos apresentam personalidade jurídica própria, tendo competência para expressar a vontade do Estado e cumprir as competências que lhe são próprias, a fim de exercer a sua função pública.
- II. Órgãos públicos apresentam estrutura formada necessariamente de funções, cargos e agentes, mas se distinguem desses elementos, que podem ser modificados ou substituídos, sem supressão da sua unidade orgânica.
- III. Para os doutrinadores brasileiros, o conceito de agente público é aplicado a toda pessoa física que presta serviço ao Estado e às pessoas jurídicas da Administração Indireta, não se restringindo a servidores públicos.
- IV. Todo agente público presta serviço ao Estado, mediante vínculo empregatício e remuneração paga pelos cofres públicos.
- V. A seleção de agentes públicos necessariamente ocorre por meio de concurso público.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I, II, III, IV e V.
- (B) II e III, apenas.
- (C) IV e V, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) II, III, IV e V, apenas.



48

Desde meados do século XX, a complexidade crescente das organizações e os decorrentes riscos crescentes para a emissão de parecer de auditoria independente provocou, na maioria dos países, a valorização dos chamados sistemas de controle interno, que são processos que, em geral, apresentam em sua estrutura áreas de auditoria interna, com a função de avaliar a adequação do sistema. Em relação à função de auditoria interna e considerando a sua aplicação ao setor público, é correto afirmar que

- (A) o fato de a auditoria interna estar dispensada de seguir normas gerais de auditoria permite que a sua abordagem seja assistemática e, também, disciplinada em conformidade com o contexto de criticidade da organização.
- (B) pode ser considerado procedimento de rotina das unidades de auditoria interna, após exames de auditoria, realizar reunião de discussão das conclusões e recomendações com os próprios gestores auditados antes da emissão do relatório final.
- (C) a característica de independência não é atributo esperado para a auditoria interna, dado que as atividades são executadas por empregados da própria organização, que estão permanentemente em relação contínua e direta com a alta e média direção.
- (D) atualmente, com o objetivo de combater a corrupção e a fraude, o gerenciamento de riscos nas organizações públicas, como forma de diminuir os impactos sobre os resultados para as políticas públicas, está sendo tratado como competência exclusiva da área de auditoria interna.
- (E) no caso da Administração Pública, a característica “interna” implica, necessariamente, que a atividade de auditoria interna deve ser executada por empregados da organização e que os relatórios devem ser divulgados no âmbito das organizações, sem divulgação externa, de forma a minimizar ao máximo a relação com as possíveis auditorias externas.

49

A Administração Pública brasileira vem passando por reformas que têm possibilitado agregar, em algum nível, procedimentos e estratégias de gestão para a execução de ações governamentais similares às utilizadas pela gestão privada. Acerca desse assunto, assinale a afirmativa correta.

- (A) O crescente emprego de contratação, pela gestão pública, de serviços terceirizados, utilizado como critério de medição de resultados dos níveis de serviços executados, pode ser considerado como absorção do modelo de gestão com base em resultados, já praticado há muitos anos no setor privado.
- (B) Diferentemente da gestão privada, que já suplantou as chamadas estruturas burocráticas, a gestão pública apresenta níveis de ineficiência que são inerentes à burocracia enquanto tipologia organizacional, como característica intrínseca, restringindo a sua capacidade de se modernizar.
- (C) A utilização da estratégia de participação social na elaboração de políticas públicas visa permitir que grupos de interesse organizados atuem política e democraticamente para fazer prevalecer seus objetivos, ainda que destoem das demandas e pressões da sociedade, trazendo para a gestão pública nível de competitividade similar ao que caracteriza a gestão privada.
- (D) A publicação da recente Lei de Acesso à Informação (LAI), ao regular a publicidade ativa e passiva dos atos que o setor público deve oferecer à sociedade, pode ser entendida como absorção por esse setor do paradigma do cliente na gestão pública, dado que os níveis transparência e de acesso às informações já estão devidamente assegurados no setor privado, como direito dos clientes em relação às organizações privadas.
- (E) Atualmente, os gestores públicos detêm, em vista especialmente da reforma gerencial dos anos 90, autonomia para estabelecer suas estratégias para priorizar resultados e buscar maior excelência na prestação dos seus serviços, de forma a atender os cidadãos-consumidores, tal como ocorre na gestão privada, independentemente das regras previamente instituídas, como prevalecia anteriormente no modelo burocrático.



50

Seja um caso hipotético em que um governante desapropriou uma propriedade de uma empresa, cujo proprietário é seu adversário político. Considerando a possibilidade de a autoridade ter incorrido em abuso de poder, é correto afirmar que

- (A) se a autoridade comprovar que o ato praticado restringiu-se aos limites estabelecidos na legislação específica, não há amparo legal para possível configuração de abuso de poder.
- (B) para configurar abuso de poder, há que se demonstrar que se trata de ato discricionário, o que significa que a autoridade teria praticado o ato em acordo com seu juízo e interesse pessoal.
- (C) se o ato praticado corresponder ao interesse público da coletividade, a configuração do abuso de poder não encontra acolhida na legislação aplicável, mesmo que haja falhas formais na prática do ato.
- (D) o proprietário pode impetrar representação contra o ato da autoridade, avocando possível abuso de poder, mas não mandado de segurança, pois a Administração Pública tem presunção de idoneidade.
- (E) para configurar abuso do poder da autoridade, é necessário comprovar desvio da finalidade da desapropriação, o que, de *per se*, permitiria o questionamento da legalidade do ato, por violação do espírito da lei.

51

Para alcançar objetivos organizacionais previamente estabelecidos, o administrador precisa obter o equilíbrio e a visão de conjunto de todas as funções administrativas, de forma a conseguir o domínio do processo organizacional. Sobre as funções de controle e avaliação, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Tem como finalidade identificar problemas, falhas e erros que se transformam em desvios do planejado, permitindo as correções necessárias para que os desvios nunca ocorram.
- () O processo de controle e avaliação podem ser exercidos nos estágios em tempo real ou após a ocorrência do evento ou fato.
- () É um instrumento utilizado pelo gestor, a fim de proteger os ativos da empresa contra furtos, roubos e desperdícios.
- () Objetiva fazer com que a empresa trabalhe de forma mais adequada, buscando eficiência, eficácia e efetividade.
- () As funções de controle e avaliação ocorrem nos níveis organizacionais operacional, tático e estratégico.

A sequência está correta em

- (A) V, V, F, V, V
- (B) F, V, F, V, F
- (C) F, F, V, V, V
- (D) V, V, V, F, F
- (E) F, F, V, V, F

52

Os componentes de uma estrutura organizacional têm seus sistemas de responsabilidades constituídos por departamentalização, linha e assessoria e especialização do trabalho, que são representados graficamente através de um organograma. Sobre os critérios de departamentalização, analise.

- I. A departamentalização funcional tem como uma desvantagem a resistência ao ambiente pró-inovação, devido à alta estabilidade e baixa adaptabilidade, propiciando ainda que ideias novas não sejam aproveitadas.
- II. A departamentalização por processo surgiu como uma forma intermediária entre dois tipos de departamentalização, a funcional e por projetos, reduzindo as desvantagens de cada uma e procurando usufruir as vantagens dos respectivos tipos.
- III. Uma empresa para atender a sua realidade pode estabelecer uma departamentalização baseada no critério de diferenciação e na integração de suas atividades.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s)

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) I e III.

53

Os projetos de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e de Lei Orçamentária (LOA) são elaborados pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e encaminhados ao Congresso Nacional pelo Presidente da República. Composto pelo texto da lei, quadros orçamentários e anexos, os projetos de lei devem ser encaminhados para apreciação do Congresso Nacional. Sobre o processo de apreciação até a aprovação pelo Congresso Nacional, é INCORRETO afirmar que

- (A) o Presidente da República pode vetar o texto aprovado, total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento. Neste caso, comunicará ao Presidente do Senado os motivos do veto.
- (B) na preparação do Parecer Preliminar são observadas as metas fiscais, a compatibilidade entre o Plano Plurianual (PPA), a LDO, a LOA e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), entre outros temas.
- (C) recebe o nome de Autógrafo o texto do projeto ou do substituto aprovado definitivamente em sua redação final, assinado pelo Presidente do Congresso, que será enviado à Casa Civil da Presidência da República para sanção.
- (D) o relator e os parlamentares poderão apresentar emendas ao projeto de lei, a fim de serem apreciadas antes da emissão do relatório preliminar que, após aprovado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), passa a denominar Parecer Preliminar.
- (E) a emenda ao projeto de orçamento que propõe acréscimo ou inclusão de dotações somente será aprovada se: estiver compatível com o PPA e LDO; indicar os recursos necessários; não for constituída de várias ações que devam ser objeto de emendas distintas; e, não contrariar as normas regimentais sobre a matéria.



54

Os Princípios Orçamentários visam estabelecer regras norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do Orçamento Público. Válidos para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos – União, Estados, Distrito Federal e Municípios – são estabelecidos e disciplinados por normas constitucionais, infraconstitucionais e pela doutrina. Sobre os Princípios Orçamentários, assinale a afirmativa INCORRETA.

- (A) A Lei Orçamentária Anual de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo poder público em cumprimento ao estabelecido de forma expressa na legislação.
- (B) O princípio da unidade ou totalidade expressa que todas as receitas previstas e despesas fixadas, em cada exercício financeiro, devem integrar um único documento legal dentro de cada esfera federativa: a Lei Orçamentária Anual (LOA), exclusivamente, para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, não se aplicando ao Orçamento de Investimento das Empresas Estatais.
- (C) Na elaboração e execução do orçamento público considera-se o exercício financeiro orçamentário: período de tempo ao qual a previsão das receitas e a fixação das despesas registradas na Lei Orçamentária Anual (LOA) irão se referir. No caso brasileiro, o exercício financeiro coincidirá com o ano civil e, por isso, será de 1º de janeiro até 31 de dezembro de cada ano, em atendimento ao princípio da anualidade e da periodicidade.
- (D) As disposições contidas nos artigos 48, 48-A e 49 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que determinam ao governo, por exemplo: divulgar o orçamento público de forma ampla à sociedade; publicar relatórios sobre a execução orçamentária e a gestão fiscal; disponibilizar, para qualquer pessoa, informações sobre a arrecadação da receita e a execução da despesa, as quais expressam o mesmo que o princípio orçamentário da transparência.
- (E) A elaboração da proposta ou projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) é de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo. Cabe ao Poder Público fazer ou deixar de fazer somente aquilo que a lei expressamente autorizar, ou seja, se subordina aos ditames da lei. A aprovação do projeto de orçamento ocorre quando convertido em lei, em cumprimento ao princípio da legalidade aplicado à Administração Pública, segundo o qual a Constituição Federal de 1988, no seu Art. 165, estabelece a necessidade de formalização legal das leis orçamentárias.

55

Os ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado denominam-se Receitas Públicas. Sobre as Receitas Públicas, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Ingressos Extraorçamentários são recursos financeiros de caráter temporário, em que o Estado é mero depositário desses recursos, que constituem passivos exigíveis e cujas restituições não se sujeitam à autorização legislativa.
- () Operações Intraorçamentárias são aquelas realizadas entre órgãos e demais entidades da Administração Pública integrantes do orçamento fiscal e do orçamento da seguridade social do mesmo ente federativo, por isso, não representam novas entradas de recursos nos cofres públicos do ente, mas apenas movimentação de receitas entre seus órgãos.
- () O cancelamento de Restos a Pagar consiste na baixa da obrigação constituída em exercícios anteriores e equivale ao recebimento de recursos provenientes do ressarcimento ou da restituição de despesas pagas em exercícios anteriores, que devem ser reconhecidos como receita orçamentária do exercício.
- () As etapas da receita orçamentária são planejamento e execução. Na execução, a realização da receita se dá em três estágios: o lançamento, a arrecadação e o recolhimento. Sendo a arrecadação a transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro, observando-se o Princípio da Unidade de Tesouraria ou de Caixa.
- () As transferências constitucionais e legais são aquelas que, quando arrecadadas por um ente, deverão ser transferidas a outros entes por disposição constitucional ou legal.

A sequência está correta em

- (A) V, V, V, F, F
 (B) F, F, F, V, V
 (C) V, V, F, F, V
 (D) F, V, V, V, F
 (E) V, V, V, V, V



56

A despesa pública é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade. A respeito da despesa pública, analise as afirmativas.

- I. O orçamento Federal está organizado em programas, a partir dos quais se relacionam as ações sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.
- II. A reserva de contingência destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos, bem como eventos fiscais imprevistos, poderá ser utilizada para abertura de créditos adicionais, visto que não há execução direta da reserva.
- III. O orçamento anual pode ser alterado por meio de créditos adicionais. Por crédito adicional, entendem-se as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na lei orçamentária.
- IV. Despesas de exercícios anteriores são despesas fixadas, no orçamento vigente, decorrentes de compromissos assumidos em exercícios anteriores àquele em que deva ocorrer o pagamento, desde que, dentro do prazo estabelecido, o credor tenha cumprido sua obrigação.
- V. O suprimento de fundos é caracterizado por ser um adiantamento de valores a um servidor para futura prestação de contas. Esse adiantamento constitui despesa orçamentária, ou seja, para conceder o recurso ao suprido é necessário percorrer os três estágios da despesa orçamentária: empenho, liquidação e pagamento.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I, II, III, IV e V.
- (B) I e V, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) II, III e V, apenas.

57

O Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral/MG elenca algumas atribuições jurisdicionais do referido Tribunal. Dentre elas, é correto afirmar que NÃO compete ao TRE/MG, processar e julgar, originariamente,

- (A) os conflitos de competência entre Juízes Eleitorais do Estado.
- (B) os pedidos de mandado de segurança contra atos administrativos do Tribunal.
- (C) o registro e a impugnação do registro de candidatos aos cargos de Governador, Vice-Governador e membro do Congresso Nacional e da Assembleia Legislativa.
- (D) as ações de impugnação de mandato eletivo apresentadas contra candidato eleito em pleitos federal, exceto para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, e estadual.
- (E) o afastamento do critério da antiguidade apurado entre os Juízes que não hajam exercido a titularidade na zona eleitoral, pelo voto de cinco dos seus componentes, por conveniência objetiva do serviço eleitoral e no interesse da administração judiciária.

58

Sobre o tratamento que o Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral dá ao Ministério Público Eleitoral, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Compete ao Procurador Regional Eleitoral expedir instruções aos Promotores Eleitorais.
- (B) As funções do Ministério Público junto ao Tribunal serão exercidas pelo Ministério Público Federal, que atuará em todas as fases do processo eleitoral.
- (C) Quando não fixado diversamente em lei, no próprio regimento interno ou pelo Relator, será de 10 dias o prazo para o Procurador Regional manifestar-se.
- (D) O Procurador Regional Eleitoral, intervindo como fiscal da lei, terá vista dos autos depois das partes, passando a correr o prazo para manifestação após sua intimação pessoal.
- (E) Independentemente da juntada de parecer aos autos e da manifestação escrita do Procurador Regional Eleitoral, a este é assegurado manifestar-se oralmente na sessão. Nesse caso fica suprida eventual falta de manifestação escrita.

59

Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil. Assim dispõe o Art. 1º do Código Civil. Contudo, embora todas as pessoas tenham capacidade de direito ou de gozo, porque inerente à sua condição humana, nem todas têm capacidade de fato ou de exercício, que traduz a aptidão para a prática pessoal de atos na vida civil. Nessa esteira, sobre a capacidade para os atos da vida civil, é correto afirmar que

- (A) os pródigos são incapazes, relativamente, a certos atos ou à maneira de os exercer.
- (B) são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil, os menores de dezoito anos.
- (C) os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade, são relativamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
- (D) são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil, os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
- (E) são incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer, os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.



60

Marque a alternativa que NÃO descreve um crime contra a Administração Pública (praticado por funcionário público contra a Administração em Geral, praticado por particular contra a Administração em Geral ou praticado contra a Administração da Justiça).

- (A) Particular, desobedece à ordem legal de servidor público.
- (B) Particular, perante autoridade, acusa-se de crime inexistente.
- (C) Particular, sozinho, subtrai, para si, bem de repartição pública.
- (D) Funcionário público deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício, para satisfazer interesse pessoal.
- (E) Funcionário público apropria-se de dinheiro público que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem.



PROVA DISCURSIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

1. A prova discursiva para o cargo de Analista Judiciário:
 - 1.1. vale 10,00 (dez) pontos e consiste na elaboração de texto de, no mínimo, **25 (vinte e cinco)** e, no máximo, **30 (trinta) linhas**;
 - 1.2. tem o objetivo de avaliar o conteúdo e o conhecimento do tema, a capacidade de expressão na modalidade escrita e o uso das normas do registro formal culto da Língua Portuguesa, e, para tanto, o candidato deverá produzir **texto dissertativo**, primando pela coerência e pela coesão;
 - 1.3. deve ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta indelével, fabricada em material transparente, não sendo permitida a interferência ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial para a realização das provas. Nesse caso, o candidato será acompanhado por fiscal da CONSULPLAN devidamente treinado, para o qual deverá ditar o texto, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.
2. A folha de texto definitivo da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada, nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de anulação da prova discursiva. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição de texto definitivo acarretará a anulação da prova discursiva.
3. A folha de texto definitivo será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho no caderno de provas é de preenchimento facultativo e não valerá para avaliação.
4. A folha de texto definitivo não será substituída por erro de preenchimento do candidato.

Accountability: já podemos traduzi-la para o português?

Vinte anos se passaram desde que Anna Maria Campos expôs sua angústia sobre a ausência do conceito e, conseqüentemente, de uma palavra que, no dicionário da língua portuguesa, traduzisse com perfeição o significado de *accountability*. Na oportunidade, a estudiosa indicou que a possibilidade de tornar a administração pública brasileira *accountable* estava diretamente relacionada às chances das seguintes ocorrências, as quais, como podem ser verificadas, guardam certa interdependência e estão diretamente relacionadas à democracia: a) organização dos cidadãos para exercer o controle político do governo; b) descentralização e transparência do aparato governamental; e c) substituição de valores tradicionais por valores sociais emergentes (Campos, 1990:48). [...]

Claro está, portanto, que [...] não existe um termo único em português que defina a palavra *accountability*, havendo que trabalhar com uma forma composta. Buscando uma síntese, *accountability* encerra a responsabilidade, a obrigação e a responsabilização de quem ocupa um cargo em prestar contas segundo os parâmetros da lei, estando envolvida a possibilidade de ônus, o que seria a pena para o não cumprimento dessa diretiva.

(Fonte: retirado de PINHO, José Antônio Gomes de; SACRAMENTO, Ana Rita Silva. *Accountability: já podemos traduzi-la para o português?* Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 43, nº 6, Dec. 2009.)

No Brasil temos alguns marcos legais que vão ao encontro do conceito de *accountability*. Como principais podemos citar a Constituição Federal de 1988, a Reforma do Aparelho do Estado de 1995 e mais recentemente a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Diante desses marcos importantes na história democrática brasileira, elabore um texto dissertativo relacionando os mecanismos de controle da *accountability* à moderna administração pública.



01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO



INSTRUÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DAS PROVAS

Atenção! Você está recebendo um caderno de provas do tipo 1 (BRANCA). Portanto, **verifique se sua folha de respostas (Prova Objetiva) também se refere ao tipo 1** e se é coincidente com o registrado no rodapé de cada página. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.

INFORMAÇÕES GERAIS

1) Você receberá do fiscal de sala os materiais descritos a seguir:

- este caderno de provas contendo 60 questões, cada qual com 5 alternativas de respostas (A, B, C, D e E), e um tema para desenvolvimento da prova discursiva/redação, com espaço para rascunho (de preenchimento facultativo);
- uma folha de respostas destinada à marcação das respostas das questões objetivas, numerada de 1 a 60;
- uma folha de texto definitivo destinada à redação da prova discursiva, com o máximo de 30 (trinta) linhas.

2) Verifique se seu caderno de provas está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala.

3) Ao receber a folha de respostas e a folha de texto definitivo, você deve **OBRIGATORIAMENTE**:

- conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade;
- ler atentamente as instruções para a marcação das respostas das questões objetivas e da escrita da prova discursiva/redação;
- marcar na folha de respostas (prova objetiva) o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu;
- assinar ambas as folhas, nos espaços reservados, com caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.

4) As questões objetivas são identificadas pelos números situados acima dos seus enunciados.

5) Na redação do texto da prova discursiva/redação, o candidato deverá observar as seguintes regras:

- a primeira parte da folha de texto definitivo destina-se a garantir a segurança na identificação do candidato que está realizando a prova. Esta parte será destacada pelo fiscal no término da prova, garantindo a desidentificação da parte destinada à transcrição do texto definitivo e, por conseguinte, a impessoalidade na correção das provas;
- será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima de linhas permitida;
- escrever com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico (Exemplo: ~~ERRADO~~), e escreva, logo após o trecho riscado, o respectivo texto substituto;
- a folha de texto definitivo da prova discursiva/redação não poderá ser amassada, assinada, rubricada, nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de sua anulação. A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará **ANULAÇÃO** da prova discursiva/redação.

6) Durante a aplicação da prova **NÃO** será permitido:

- qualquer tipo de comunicação entre os examinandos;
- levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
- portar aparelhos eletrônicos, tais como *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *pen drive*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros, protetor auricular ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc., e, ainda, lápis, lapiseira, grafite e borracha. Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.

7) A Consulplan realizará a coleta da impressão digital dos examinandos nas folhas de respostas e de texto definitivo.

8) O preenchimento das respostas, de inteira responsabilidade do candidato, dar-se-á mediante utilização de caneta esferográfica de tinta indelével de cor azul ou preta. Não será permitida a troca da folha de respostas ou da folha de texto definitivo por erro do candidato.

9) O tempo disponível para a realização da prova é de 5 (cinco) horas, já incluído o tempo para os procedimentos de identificação previstos no edital, a marcação da folha de respostas e a redação do texto definitivo.

10) Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão consideradas apenas as marcações realizadas na folha de respostas e na folha de texto definitivo, sendo que não é permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de provas.

11) Somente após decorridas 2 horas do início da prova você poderá retirar-se da sala, porém, sem levar o caderno de provas.

12) Somente no decorrer dos últimos 60 (sessenta) minutos do período da prova, você poderá retirar-se da sala levando o caderno de provas.

13) Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala, entregue a folha de respostas e a folha de texto definitivo e deixe o local de prova. O candidato que descumprir a regra de entrega de tais documentos será **ELIMINADO** do concurso público.

14) Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e saída de sanitários durante a realização da prova. Ao sair da sala no término da prova, o candidato não poderá utilizar o sanitário.

15) Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no endereço eletrônico <http://www.consulplan.net>, a partir das 16h00min do dia subsequente ao da sua realização.

16) O candidato que desejar interpor recursos contra a aplicação das provas e contra os gabaritos preliminares das provas deverá fazê-lo de 00h00min do dia 16 de abril de 2013 até as 23h59min do dia 18 de abril de 2013, ininterruptamente, observado o horário oficial de Brasília/DF, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, que estará disponível no endereço eletrônico <http://www.consulplan.net>.